

Conclusões apressadas

PROLIFERAM INTERPRETAÇÕES PRECIPITADAS SOBRE O REAL SIGNIFICADO DA CRISE MUNDIAL PARA O BRASIL

*Rogério L. Furquim Werneck**

Ainda perplexo diante da brutalidade dos atentados terroristas de 11 de setembro, o País vem sendo exposto a uma torrente de interpretações apressadas sobre a natureza da crise mundial e das lições para o Brasil que dela devem ser extraídas. E o pior é que o clima de comoção das últimas semanas se tem mostrado propício a grandiloquência, análises pomposas e conclusões peremptórias.

Não há como subestimar a gravidade do momento atual e a imensa incerteza que ainda cerca os desdobramentos da crise. Mas é preciso evitar que as dificuldades que já vem sendo enfrentadas pelo País sejam desnecessariamente ampliadas por diagnósticos açodados sobre o real significado da crise. O ineditismo e as proporções do atentado e das reações que vem desencadeando não deixam dúvida de que se vive agora um momento histórico especial. Mas tão grave quanto não se dar conta de grandes mudanças históricas é se dispor a enxergá-las, a torto e a direito, com os contornos que pareçam mais convenientes, em meio à densa poeira levantada pela crise.

Alusões de um par de acadêmicos nos EUA à idéia de que a crise vem ressaltar uma suposta “irrelevância da América Latina” foram trombeteadas com grande pessimismo na imprensa brasileira. É óbvio que, com os atentados, a região perde espaço na escala de prioridade da política externa norte-americana. E a melhor evidência disto é a momentânea irrelevância dos próprios latino-americanistas, ofuscados pela súbita notoriedade dos especialistas em Oriente Médio e Ásia Central. Mas o que precisa ser indagado é se isto deve ser razão para pessimismo. É mais do que razoável argüir que é exatamente pela sua irrelevância na crise que a América Latina poderá dela emergir em situação relativamente favorável, como região privilegiada na conturbada geopolítica mundial. Ou alguém acha que bom mesmo seria estar agora o Brasil na posição de “relevância” em que se vê, por exemplo, o Paquistão?

Mesmo em cenários um tanto mais sombrios, o Brasil pode acabar com mais espaço de manobra do que se imagina. Nas últimas semanas, tem sido repetidamente lembrado que os devaneios de Samuel Huntington podem estar se revelando mais premonitórios do que pareciam em meados da década passada, quando soaram apenas como uma especulação algo insana sobre a possibilidade de que o século 21 fosse marcado por um entrechoque de civilizações, no qual as grandes religiões cumpririam papel fundamental. Mas a verdade é que, por brutais que tenham sido os atentados, ainda não há como vislumbrar no horizonte o surgimento da propalada linha de tensão entre o Ocidente e civilizações orientais, pelo menos com abrangência tão ampla como prenunciada por Huntington. E ainda que se imagine que algo parecido possa acabar ocorrendo, as perspectivas do

Brasil, bem plantado no que vem sendo chamado de Extremo Ocidente, não parecem especialmente desfavoráveis.

Falta muito para que se possa perceber com um mínimo de nitidez a real natureza das mudanças que estão sendo engendradas pela crise deflagrada pelos atentados. Mas, no Brasil, o terreno do debate vem-se mostrando bem mais fértil para certezas do que para dúvidas acerca dos desdobramentos da crise. Argüi-se que o processo de abertura e integração da economia brasileira à economia mundial precisa agora ser revertido a todo vapor. Desengavetam-se registros de experiências passadas, em que quase se retrocedeu a uma economia autárquica. E extravasam-se de forma ainda mais desabrida os preconceitos mercantilistas de sempre. Toda importação representa um mal a ser evitado, especialmente se for de bens de consumo. E o que é fundamental agora é eliminar os “déficits nas balanças comerciais setoriais”. Em face do aumento de gastos públicos nos EUA, na esteira da mobilização militar e do reforço do aparato de segurança contra o terrorismo, houve até quem concluísse que a crise marca claramente a volta da idéia de um Estado forte e intervencionista. A pronta assistência do governo norte-americano às empresas aéreas foi lida como demonstração cabal de que o governo de um País sério jamais nega apoio a empresas em dificuldade. Já não faltam bons argumentos para se remontar às pressas o hospital de empresas no BNDES.

Muito ao contrário do que parecem pressupor as conclamações para urgente ressuscitação do nacional-desenvolvimentismo, superadas as inegáveis dificuldades de curto prazo, é perfeitamente possível que os desdobramentos da crise tornem ainda mais atraente o projeto de integração da economia brasileira à economia mundial. Os temores de que os atentados poderiam empurrar os Estados Unidos para posições isolacionistas ou unilateralistas parecem hoje mais infundados do que duas semanas atrás. Refeito do choque inicial, o governo Bush dá mostras de estar afinal convencido de que não há qualquer troféu de guerra politicamente factível que possa compensar o sentimento de afronta que hoje domina a sociedade norte-americana. Na resposta aos atentados, os EUA vem claramente recuando para um enfoque multilateralista e de longo prazo. E não se pode deixar de notar que o encaminhamento de outras questões internacionais pendentes, e há muito entravadas, como a da coordenação das políticas macroeconômicas das maiores economias industrializadas, vem sendo subitamente beneficiado pelo reforço ao multilateralismo que surgiu com os atentados. E isto vem tornando mais plausível uma recuperação concertada da economia mundial em 2002. O que ainda é pouco claro é até que ponto esta disposição ao jogo mais cooperativo poderá facilitar o avanço das duras negociações comerciais que o Brasil tem pela frente nos próximos anos, tanto na OMC como na Alca.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.